

# ENSINO DE HISTÓRIA E BNCC: ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE A LITERATURA (2015-2020)

## HISTORY TEACHING AND BNCC: STATE OF KNOWLEDGE ON THE LITERATURE (2015-2020)

Andressa da Silva Gonçalves 1  
Wilma de Nazaré Baía Coelho 2

**Resumo:** Este artigo objetiva analisar a literatura especializada presente na plataforma Scielo, produzida entre 2015 e 2020, sobre Ensino de História e Base Nacional Comum Curricular. Como aporte teórico foi utilizada a noção conceitual de campo científico de Pierre Bourdieu (1989), a de currículo, delineado por Michael Apple (2008), José Sacristán (2000) e Ivor Goodson (1977), associados à metodologia de estado do conhecimento, cunhado por Marília Morosini (2015). Por meio da análise das categorias, foi possível delinear as tendências e temas mais abordados na literatura especializada, por meio de categorias de análise, assim como as aproximações entre os dois eixos temáticos elencados.

**Palavras-chave:** Ensino de História. BNCC. Estado do Conhecimento.

**Abstract:** This article aims to analyze the specialized literature present in the Scielo platform, produced between 2015 and 2020, about History teaching and the Common National Curricular Base. As theoretical support, were used the conceptual notion of scientific field, by Pierre Bourdieu (1983, 1989, 1997), of curriculum, outlined by Michael Apple (2008), José Sacristán (2000) and Ivor Goodson (1977), associated with the methodology of state of knowledge coined by Marília Morosini (2015). Through the analysis of the categories, it was possible to delineate the trends and themes most addressed in this specialized literature, through categories of analysis, as well as the approximations between the two thematic axes listed.

**Keywords:** History Teaching. BNCC. State of Knowledge.

- 
- 1 Doutoranda em Educação na Amazônia (UFPA). Mestre em História Social (UFPA). Professora de História da Educação Básica na rede municipal de Altamira-PA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5098347324590931>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1576-8453>. E-mail: [andressa\\_g.m@hotmail.com](mailto:andressa_g.m@hotmail.com)
  - 2 Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutorado em Rede – Educação na Amazônia (Educanorte). Bolsista de Produtividade 1D CNPq. Professora da Faculdade de História (UFPA) e do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB/UFBA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1035616337472088>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8679-809X>. E-mail: [wilmacoelho@yahoo.com.br](mailto:wilmacoelho@yahoo.com.br)

## Introdução

Nos últimos anos, o campo do ensino de História tem sido objeto de investigação de inúmeros(as) pesquisadores(as), como Moreira (1997), Gómez (1995), Monteiro (2003, 2007). Nesse sentido, esses estudos emergentes (MOREIRA, 1997; GÓMEZ, 1992) indicam que o ensino é um objeto repleto de complexidades e de uma especificidade própria. Em vez de uma perspectiva até pouco tempo consolidada, de que o saber escolar era um conhecimento de nível inferior ao científico, se fortifica o entendimento de uma identidade específica para a história ensinada (MONTEIRO, 2003, 2007; MOREIRA, 1997). Segundo Ana Monteiro (2003), o ambiente escolar deixou de ser um lugar de mera transmissão de saber para se constituir como espaço de cultura escolar, no qual entram em disputa interesses sociais, políticos, econômicos etc.

Nesse sentido, o currículo de História também foi colocado como centro de disputas que não apenas conferiam ênfase à seleção de quais saberes deveriam ser ensinados, mas também a como esses saberes eram constituídos, seus percursos e finalidades (MONTEIRO, 2003, 2007). Destaca-se que a história sempre tem grande relevo na construção e visibilidade do currículo, já que a disciplina escolar se constitui uma seleção e interpretação do passado, do presente e do que se espera do futuro, além de entrelaçar as diretrizes do conhecimento científico e o escolar. Logo, o currículo realiza uma escolha em relação a qual passado ensinar e que perspectiva será utilizada para concretizar a educação histórica (RIBEIRO; VALÉRIO, 2017).

Além disso, o Brasil segue uma longa tradição curricular em que a história política se constitui como norteadora do ensino de História, algo que permanece na mais atual diretriz curricular brasileira: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Apesar de que o processo de construção do documento tenha sido marcado pelas disputas de narrativas (LAVILLE, 1999), o que prevaleceu foi a configuração tradicional da disciplina, que se caracteriza por uma periodização canônica, matriz eurocêntrica e a invisibilização de segmentos populacionais tacitamente chamados de *minorias* – como afrodescendentes, indígenas, mulheres, trabalhadores etc. – e de suas lutas (RIBEIRO; VALÉRIO, 2017; CAIMI, 2016; SILVA, 2018; PEREIRA; RODRIGUES, 2018; FRANCO; SILVA JÚNIOR; GUIMARÃES, 2018).

Assim sendo, nossa finalidade neste artigo, centra-se em analisar a produção presente na plataforma Scielo sobre ensino de História e BNCC, visando ampliar os debates relacionados a esses dois eixos temáticos, os quais foram tratados aqui.

## Delimitações metodológicas

*A priori*, é necessário realizar algumas delimitações sobre os procedimentos metodológicos adotados para o estudo. Reiteramos que o foco do trabalho se vincula às produções sobre ensino de História e Base Nacional Comum Curricular presentes na plataforma Scielo. A escolha desse sítio foi feita por considerar-se que esse agregador de artigos científicos apresenta parâmetros rigorosos de qualidade e relevância para o campo científico:

[...] os critérios passarão a considerar também o desempenho de conjuntos de periódicos por áreas temáticas, assim como da coleção como um todo, ou seja, a avaliação para inclusão e permanência de periódicos na coleção leva em conta a sua contribuição no desempenho do conjunto dos periódicos da área temática correspondente e da coleção como um todo. Nestes casos, os critérios são definidos por valores mínimos aceitáveis e valores esperados (SCIELO, 2017, p. 8).

Dessa forma, a plataforma Scielo se apresenta como uma amostra significativa do *campo científico* que, tal como definido por Bourdieu, constitui um microcosmo permeado por conflitos na arena simbólica, no qual a legitimação do conhecimento é almejada. Com isso, buscou-se mapear as temáticas mais acionadas, os suportes teórico-metodológicos delimitados e as possíveis aproximações entre o campo ensino de História e a BNCC.

Além disso, o recorte temporal delimitado para este estudo se constitui do período entre 2015 e 2020. Esse contorno foi estabelecido por ser privilegiado em relação à construção, aos desdobramentos e à implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que ocasionou a reestruturação de todo o cenário educacional brasileiro, inclusive do ensino de História. Assim, o presente documento curricular começou a ser formulado em 2014 e em 2015 foi oficializado, com a publicação da primeira versão (FREITAS; SILVA; LEITE, 2018; AGUIAR; DOURADO, 2018; MENDONÇA, 2018), marco que inicia a delimitação temporal adotada neste texto. Por outro lado, 2020 finaliza o recorte por ser o prazo previsto na última versão da BNCC para sua implementação na educação básica (MARGONI, 2020; METZ, 2020). É necessário também sinalizar que a prioridade do estudo abarca o Ensino Fundamental II, visto ser a única etapa da educação básica em que o ensino de História é obrigatório.

No processo de levantamento dos artigos na plataforma Scielo foram incorporados filtros, tais como os anos: 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020; o idioma: português; a área temática: Ciências Humanas e História e o tipo de literatura: artigo. Na categoria *ensino de História*, a plataforma apontou a presença de 25 artigos, dos quais, após leitura cuidadosa, apenas 4 se relacionavam à temática que conforma o escopo deste texto. Na categoria *Base Nacional Comum Curricular*, 41 resultados foram apresentados, dentre os quais 12 apresentavam-se relacionados às pretensões delimitadas em relação a tal categoria.

Assim sendo, mapearam-se os artigos incorporados em cada categoria, com o suporte metodológico de *estado do conhecimento*, que constitui uma técnica que aciona a análise, síntese e categorização dos trabalhos de uma área específica, com um recorte de tempo e temas particulares, considerando também a autoria das produções, a instituição de origem da pesquisa, o país em questão e sua relação com o contexto mundial (MOROSINI, 2015).

## Ensino de história

Nesta seção, detalharam-se os artigos apontados pela plataforma Scielo sobre ensino de História no período entre 2015 e 2020. No quadro 1, a seguir, são expostos os 25 artigos resultantes da busca e destacam-se, em fundo cinza, os 4 que foram selecionados para o escopo deste estudo.

**Quadro 1.** Artigos sobre ensino de História

Título	Autor (a/as/es)	Ano de publicação
Ações pioneiras do ensino de pediatria no Brasil: Carlos Artur Moncorvo de Figueiredo (Moncorvo pai) e a Policlínica Geral do Rio de Janeiro, 1882-1901	Virlene Moreira	2020
Humanidades digitais e diáspora africana: questões éticas e metodológicas na elaboração de uma base de dados sobre a população escravizada de Mariana (século XVIII)	Aldair Rodrigues	2020
Rui Barbosa e a educação física nos pareceres para o ensino primário de 1883: influências e proposições	Fernando Cavalcante Gabriel Bungenstab Ari Filho	2020
Histórias em quadrinhos como recurso metodológico: uma possibilidade nas aulas de educação física	Kamila Trevisan Fernando González Robson Borges	2020
Memórias da prática esportiva extracurricular em escolas privadas do Paraná (1980-1990)	Pauline Vargas Janice Mazo Tuany Begossi André Capraro	2020

César Lattes, José Leite Lopes e o nacionalismo científico no Brasil dos anos 1940	Heráclio Tavares Antonio Videira	2020
Consciência histórica de estudantes de educação física: uma análise a partir da teoria da aprendizagem histórica de Jörn Rüsen	Mateus Pereira Fernanda Impolcetto	2020
Yoga e a busca do si mesmo: pensamento, prática e ensino	Gilbert Santos	2020
A educação física em uma escola militar: de turmas separadas por sexo e por altura a turmas mistas	Lara Jacoby Silvana Goellner	2020
Instrumentos, objetos e coleções como fontes para a história do ensino das ciências	Inês Gomes	2019
Cruz Jobim e as doenças da classe pobre, o corpo escravo e a produção do conhecimento médico na primeira metade do século XIX	Silvio Lima	2019
Ilustre inominada: Lydia das Dôres Matta e enfermagem brasileira pós-1930	Paulo Campos Alessandra Carrijo	2019
Ninguém ensina História mas todo mundo aprende um pouco com ela: uma reflexão sobre as funções da História no Ensino Médio	Ricardo Mello	2019
D Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, uma biografia (1735-1822)	Carlos Alves	2019
A escrita da história nos palcos: teatro histórico e crítica literária na Marquesa de Santos	Angela Gomes	2018
Gênero, história e medicalização do parto: a exposição “Mulheres e práticas de saúde”	Luciana Palharini Silvia Figueirôa	2018
De Jane Marcet ao visconde de Vilarinho de São Romão: conversas sobre química no século XIX	Isabel Peres Sérgio Rodrigues	2018
O debate sobre a fundação dos cursos jurídicos no Brasil (1823-1827) Uma reavaliação	Bistra Apostolova	2017
Seminário e método entre historiadores que visitaram a Alemanha (1877 - 1909)	Itamar Oliveira	2017
Uma obra didática e suas diferentes versões	Antônia Fernandes	2017
Industrialização enquanto progresso nos livros didáticos de história do Brasil, 1972-2012	Ely Carvalho	2017
Iniciativas locais e mobilização por escolas primárias em São Paulo, 1830-1889	Renato Colistete	2017
A originalidade técnica no desenho de Goya e seus contemporâneos: abordagens sobre o desenho na segunda metade do século XVIII	Beatriz Hidalgo	2016
Crime e perdão em Castela e Portugal (séculos XIV E XV)	Leandro Teodoro	2016
Heróis e cultura histórica entre estudantes no Chile	Fabián Calderón Luis Fernando Cerri Ademir Rosso	2016

Fonte: Plataforma Scielo (2022).

Com base nesse levantamento, obtivemos quatro artigos, que foram divididos em três subgrupos: a. Aprendizagem histórica; b. Consciência e cultura histórica; e c. Livro didático.

### **a. Aprendizagem histórica**

Neste subgrupo, foi incluído o artigo que realiza reflexões sobre os processos de aprendizagem, *Ninguém ensina história... mas todo mundo aprende um pouco com ela*, de Ricardo Mello (2019), o qual afirma que não se ensina História no ensino médio, pois o conteúdo de História na verdade constitui um compilado de aspectos ético-morais e fragmentos historiográficos e não a história de fato, já que cada processo histórico implica uma condução didática única que não se aplica a outros acontecimentos. Por meio dessas reflexões, o autor questiona qual seria a real função da História nos dias de hoje e encaminha a necessidade de repensar o papel do ensino de História.

O autor traz reflexões sobre os processos de ensino e aprendizagem no ensino de História, assim como sobre os caminhos que a disciplina deve percorrer para ser efetiva na educação básica. No que tange ao aporte teórico, salienta-se que o estudo utiliza como elemento basilar as reflexões de Jörn Rüsen em relação à consciência e às narrativas históricas. O trabalho não especifica a abordagem metodológica utilizada. Com isso, este subgrupo questiona o lugar e função da História na educação básica e propõe a busca de alternativas para a disciplina.

### **b. Consciência e cultura histórica**

Neste subgrupo, foram enquadrados os artigos cujos temas se acercam da percepção histórica na realidade concreta, quais sejam: *Consciência histórica de estudantes de educação física: uma análise a partir da teoria da aprendizagem histórica de Jörn Rüsen* (2020) e *Heróis e cultura histórica entre estudantes no Chile* (2016). Os dois artigos tomam como um dos suportes teóricos basilares os conceitos de Jörn Rüsen (1994, 2001, 2007, 2015) para analisar a consciência histórica. O primeiro artigo, de Mateus Pereira e Fernanda Impolcetto (2020), subsidia-se teoricamente apenas em Jörn Rüsen, adotando uma metodologia qualitativa e exploratória apoiada em Augusto Triviños (2009) e Antonio Gil (2007). O segundo artigo, de Fabián Calderón, Luis Cerri e Ademir Rosso (2016), adota como base teórica, além do próprio Jörn Rüsen, José Carvalho (1990) e Paulo Miceli (1989) para discutir *identidade nacional*; Jacques Le Goff (1996) e Ângela Gomes (1998) para abordar *cultura histórica*. No que tange à metodologia, o conceito de *representações sociais*, de Serge Moscovici, constitui o suporte para a interpretação dos dados.

O primeiro artigo se propõe analisar a consciência histórica de estudantes da graduação em Educação Física, com base em um curso *online* sobre a história do futebol protagonizada por mulheres no Brasil. A investigação foi realizada com 12 estudantes concluintes, dentre os quais 10 apresentam respostas que se relacionam ao conceito de narrativa histórica de Jörn Rüsen, conectando de forma contínua passado-presente-futuro. O estudo se apresenta como um avanço para novas perspectivas no ensino de História da Educação Física, salientando-se ainda a necessidade do investimento nos conceitos de Jörn Rüsen em pesquisas futuras.

O segundo artigo apresenta a compreensão sobre a cultura histórica do Chile por meio da percepção de estudantes do ensino médio, com dados obtidos do Projeto Jovens e a História do Mercosul. Com base na investigação, se constatou que a cultura histórica chilena tem um número bem delimitado de heróis, além de incluir heróis de diversas correntes políticas, demonstrando que as representações periféricas da história têm tomado espaço no ensino histórico. O trabalho ainda salienta o caráter amostral da pesquisa e a necessidade de esses mesmos dados serem analisados em outros estudos. Assim sendo, o subgrupo *Consciência e cultura histórica* incluiu estudos que se concentraram na investigação do pensamento e cultura histórica de estudantes da educação básica e educação superior.

### c. Livro didático

O artigo *Industrialização enquanto progresso nos livros didáticos de história do Brasil, 1972-2012*, de Ely Carvalho, se baseia teoricamente em Jörn Rüsen (2011) para discutir *consciência histórica*; em Roger Chartier (2002) para abordar *produção e consumo*, e em Circe Bittencourt (1993) para tratar sobre *livro didático*. No que se refere à metodologia, se especifica uma análise de conteúdo considerando as nuances pedagógicas e a materialidade do livro didático, de acordo com Alain Choppin (2004).

Em relação ao recorte temporal que se estende entre 1972 e 2012, se percebem nas análises três principais vertentes na abordagem da industrialização na literatura didática; na década de 1970, a industrialização era vista como uma bênção, na década de 1980 se destaca outra perspectiva que critica a desigualdade provocada pela industrialização. Apenas no século XXI começa a abordagem ambiental sobre esse processo. No entanto, Ely Carvalho (2017) conclui que uma visão positiva da industrialização ainda é preponderante nos livros didáticos.

Em relação à categoria *Ensino de história*, podemos inferir por meio do exame dos quatro artigos, que as dimensões relativas à aprendizagem histórica, consciência e cultura histórica e livro didático se apresentam nas produções sobre o ensino de História, fundamentando teoricamente seus argumentos em Jörn Rüsen (2011). Dentro desse espectro, o campo, por meio de seus(as) autores(as), tem investido em estudos sobre a consciência histórica, como relevante para a leitura de seus objetos no ensino de História. As escolhas teórico-conceituais nesses textos nos remetem a diversas perspectivas, que expressam a polifonia para o entendimento de uma política educacional como a BNCC, a qual altera a educação nacional mediante a definição de uma base que a circunscreve.

### Base Nacional Comum Curricular

Para a temática Base Nacional Comum Curricular, que se constitui em nosso segundo eixo de reflexão, foram obtidos 41 resultados, dos quais apenas 12 se adequaram à temática, como demonstra o quadro abaixo:

**Quadro 2.** Artigos sobre BNCC

<b>Título</b>	<b>Autor (a/as/es)</b>	<b>Ano da produção</b>
A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: a problemática do profissional de Apoio à Inclusão Escolar como um de seus efeitos	Giovani Bezerra	2020
A alfabetização nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): o que mudou de 1997 a 2017	Cássia Guillen Maria Elisabeth Miguel	2020
Alfabetização na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	Cláudia Gontijo Dania Costa Nayara Perovano	2020
Tecnologias digitais, letramentos e gêneros discursivos nas diferentes áreas da BNCC: reflexos nos anos finais do ensino fundamental e na formação de professores	Ângela Fuza Flávia Miranda	2020

Ensino da notação alfabética e práticas de leitura e escrita na educação infantil: uma análise das três versões da Base Nacional Comum Curricular	Artur Morais Alexsandro da Silva Gabryella Nascimento	2020
Palavra aberta – BNCC e a alfabetização em duas versões: concepções e desafios	Isabel Frade	2020
“Muitos como Um”: políticas curriculares, justiça social, equidade, democracia e as (im)possibilidades de diferir	Rita Frangella	2020
Entre a legitimação e a crítica: As disputas acerca da Base Nacional Comum Curricular	Miqueli Michetti	2020
O dispositivo formativo da residência pedagógica: ataques, lutas e resistências	Flávia Santana Jonei Barbosa	2020
A tríade da reforma do ensino médio brasileiro: Lei n. 13415/2017, BNCC e DCNEM	Eliana Koepsel Sandra Garcia Eliane Czernisz	2020
As Vozes de Professores-Pesquisadores do Campo da Educação Ambiental sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Educação Infantil ao Ensino Fundamental	Silvana Silva Carlos Loureiro	2020
Conteúdo de Geociências em Livros Didáticos de Ciências do Ensino Fundamental I: identificando a presença e os temas abordados	Cláudia Silva Raquel Souza	2020
Alfabetização e letramento nas políticas públicas: convergências e divergências com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	Ieda Pertuzatti Ivo Dickmann	2019
Reformas conservadoras e a “nova educação”: orientações hegemônicas no MEC e no CNE	Márcia Aguiar	2019
Semiformação Literária: a instrumentalização da literatura na nova BNCC	André Cechinel	2019
Cosmopolitismo e performatividade: categorias para uma análise das competências na Base Nacional Comum Curricular	Alessandro de Melo Ana Claudia Marochi	2019
Literatura e atenção: notas sobre um novo regime de percepção no ensino de literatura	André Cechinel	2019
A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira	Iana Lima Álvaro Hypolito	2019
Indicador de educação financeira: proposição de um instrumento a partir da teoria da resposta ao item	Kelmara Vieira Fernando Moreira Junior Ani Potrich	2019

Educação e democracia: Base Nacional Comum Curricular e novo ensino médio sob a ótica de entidades acadêmicas da área educacional	Marilda Costa Leonardo Silva	2019
Pode a política pública mentir? A Base Nacional Comum Curricular e a disputa da qualidade educacional	Eduardo Giroto	2019
Três décadas de conflitos em torno do ensino público: laico ou religioso?	Luiz Antônio Cunha	2018
Trajatória e perspectivas para o ensino de Matemática nos anos iniciais	Cármem Passos Adair Nacarato	2018
Ensino Médio - etapa conclusiva de uma educação em crise	Luís Carlos Menezes	2018
As Ciências da Natureza nas 1ª e 2ª versões da Base Nacional Comum Curricular	Maria Eunice Marcondes	2018
ENEM: propulsão ao mercado educacional brasileiro no século XXI	Rafaela Silva Savana Melo	2018
O silenciamento de professores da Educação Básica pela estratégia de fazê-los falar	Janete Carvalho Suzany Lourenço	2018
A contextualização do conhecimento no ensino médio: tentativas de controle do outro	Hugo Costa Alice Lopes	2018
A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso	Monica Silva	2018
Educação Infantil: um balanço a partir do campo das diferenças	Anete Abramowicz Gabriela Tebet	2017
Uma leitura ambivalente sobre a adoção de uma base curricular nacional: para fazer justiça à reflexividade da filosofia da educação	Vânia Cossetin.	2017
Biopolítica e subjetividade: resistência?	Sílvio Gallo	2017
A Base Nacional Comum Curricular e o Ensino de Matemática: flexibilização ou engessamento do currículo escolar	Antonio Pinto	2017
As demandas conservadoras do movimento Escola Sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum	Elizabeth Macedo	2017
Reforma do ensino médio no contexto da Medida Provisória n. 746/2016: estado, currículo e disputas por hegemonia	Celso Ferreti Monica Silva	2017
Um Presente de Apolo: lasers, história e aplicações	Climério Silva Neto Olival Freire Júnior	2017
Administrando o currículo ou os efeitos da gestão no desenvolvimento curricular	Luciola Santos	2017



Entre a Base Nacional Comum Curricular e a avaliação: a substituição tecnológica no ensino fundamental	Raquel Barreto	2016
Base nacional curricular comum: a falsa oposição entre conhecimento para fazer algo e conhecimento em si	Elizabeth Macedo	2016
Um pacto curricular: o pacto nacional pela alfabetização na idade certa e o desenho de uma base comum nacional	Rita Frangella	2016
A entronização do ensino religioso na Base Nacional Curricular Comum	Luiz Antônio Cunha	2016

**Fonte:** Plataforma Scielo (2022).

Como já se adiantou, a seleção priorizou artigos que se relacionassem com o recorte temático, isto é, artigos que se conectassem com a segunda etapa do ensino fundamental e com a disciplina História. Dessa forma, a análise apontou 12 artigos que dialogam com a temática proposta. Esses artigos foram divididos em subgrupos, de acordo com seu objeto de estudo, quais sejam: a. BNCC como retrocesso, b. Disputas em torno da BNCC, c. Atuação docente e d. BNCC e avaliação.

### **a. BNCC como retrocesso**

Este subgrupo reúne artigos que defendem que a BNCC constitui um recuo na qualidade da educação nacional, perpassando os diversos aspectos dessa proposição. Com isso, os seguintes artigos foram selecionados: *Muitos como Um: políticas curriculares, justiça social, equidade, democracia e as (im)possibilidades de diferir* (2020), *Reformas conservadoras e a “nova educação”: orientações hegemônicas no MEC e no CNE* (2019), *Cosmopolitismo e performatividade: categorias para uma análise das competências na Base Nacional Comum Curricular* (2019), *A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira* (2019) e *As demandas conservadoras do movimento Escola sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum* (2017).

Cabe situar o suporte teórico-metodológico que esses estudos acionam, para que possamos refletir sobre os entrelaçamentos nas estruturas de tais textos. Dessa forma, o artigo de Rita Frangella (2020) aponta como principal referencial teórico John Rawls (2000), para a ancorar o conceito de *justiça*, além de realizar um diálogo desse autor com Homi Bhabha (2001), Jacques Derrida (2010), Ernesto Laclau e Judith Butler (2008) e ainda Chantal Mouffe (1999, 2015), que abordam o pós-colonialismo e pós-estruturalismo. Em seguida, o artigo de Marcia Aguiar (2019) utiliza como referencial teórico a intercessão entre globalização e educação, sustentada por Perry Anderson (1995), Almerindo Afonso (2001), Boaventura Santos (2002), Roger Dale (2010) e Stephen Ball (2002); para traçar um histórico da educação em diversos governos, desde a década de 90, são acionados José Dias Sobrinho (2002), José Pinto (2002), Marcio Pochmann (2017), Luiz Dourado (2017) e Dermeval Saviani (1997, 2018); para discutir a BNCC, são mobilizados Luiz Freitas (2014), Theresa Adrião e Vera Perroni (2018), Maria Bernardi, Lucia Uczak e Alexandre Rossi (2018), Marcia Aguiar e Luiz Dourado (2018), Elizabeth Macedo (2018) e Erasto Mendonça (2018).

O artigo de Alessandro de Mello e Ana Marochi (2019) subsidia-se em Thomas Popkewitz (2009) para operar o conceito de *cosmopolitismo*, Stephan Ball (2001) ancora o conceito de *performatividade*, para traçar a discussão sobre *competências* são acionados Perry Anderson (2003), William Watkins (2012), Wayne Ross e Rich Gibson (2007), Marise Ramos (2001), Monica Silva (2008) e Raúl Zibech (2014).

O trabalho de Iana Lima e Álvaro Hipolyto (2019) estrutura-se com a questão do *neoconservadorismo*, com base em autores como Maria Barroco (2011, 2015), Roberto Moll (2010, 2015), Michael Apple (2000, 2003), John Clarke e Janet Newman (1997), Luis Miguel (2016) e Almerindo Afonso (1998), para adentrar o debate sobre BNCC é acionada Elizabeth Macedo (2017).

Finalmente, o artigo de Elizabeth Macedo (2017) emprega Stephen Ball (2001) para delinear a noção de *políticas públicas*, Ernesto Laclau (2011) para abordar a *teoria do discurso*, Antonio Moreira e Vera Candau (2009), Stephen Collier (2011), Wendy Brown (2015) na abordagem das *políticas neoliberais*, além de Pierre Dardot e Christian Laval (2015) para esboçar a *normatividade liberal*.

Percebe-se que os cinco artigos apresentados não explicitam uma matriz metodológica para nortear os estudos, o que pode indicar uma propensão a estruturar as discussões utilizando-se apenas uma base teórica e dispensando-se um referencial metodológico. Além disso, ao observar os autores acionados por esses estudos, identificamos que três dos cinco artigos utilizam Stephen Ball para basear suas pesquisas, o que pode significar que o campo das *políticas públicas* é um conceito fundamental, especialmente sob a ótica de Stephen Ball, para a discussão da BNCC.

Com base em tais apontamentos, adentrou-se os argumentos de cada um dos cinco artigos desse subgrupo na reflexão de que a Base Nacional Comum Curricular não representou um avanço na melhoria da educação brasileira, porém, ao contrário, trouxe retrocessos a essa área. O artigo de Rita Frangella (2020) tem como foco principal o debate sobre a justiça e equidade e justiça social na BNCC, mediante indicação de que essas dimensões são submissas ao liberalismo e utilitarismo. Assim, a igualdade presente no documento é genérica, ou seja, é a mesma para todos, sem se considerarem as diferenças. Dessa forma, segundo a autora, o que predomina na BNCC é a racionalidade técnica, com as aprendizagens essenciais e as competências.

Márcia Aguiar (2019), por meio de um histórico de políticas públicas, detalha que os mandatos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) realizaram investimentos abundantes na educação, o que trouxe muitos avanços na área. O governo posterior, de Michel Temer (2016-2017), trouxe retrocessos, entre eles a aprovação da BNCC. Nesse sentido, a autora argumenta que a aprovação desse documento foi consequência da ação de grupos conservadores e empresariais, colidindo com os protestos da classe professoral contra uma proposição curricular que abala a autonomia docente. Dessa forma, a autora afirma que uma política educacional liberal, presente antes dos dois primeiros governos citados anteriormente, retorna com o fim deles, no governo Temer.

O artigo de Alessandro de Mello e Ana Marochi (2019) tem como principal discussão a relação entre cosmopolitismo, ou seja, a responsabilização do indivíduo pelo seu sucesso, a performatividade, isto é, a hierarquização dos sujeitos, e a crise do capital, aplicados na inserção das competências na BNCC. Para os autores, as reformas liberais voltadas à educação apresentam como base o cosmopolitismo e a performatividade, como exigências do mercado. Dessa forma, o artigo afirma que a resistência a esse processo se constrói com a percepção desse sistema e a contrapartida com projetos que visem a valores sociais, comunitários e solidários.

Iana Lima e Álvaro Hipolyto (2019) realizam uma análise sobre o avanço do conservadorismo, em especial no Brasil. Os autores traçam um histórico da ascensão do neoconservadorismo no país, que teve início na década de 1970, como reação aos movimentos sociais e civis em voga naquele período. O texto relaciona um avanço do neoconservadorismo à aprovação da BNCC, por meio da atuação de grupos como o Escola Sem Partido. Dessa forma, a BNCC foi moldada para legitimar os interesses desses grupos, processo que pode ser visto nos temas excluídos do documento, como a diversidade cultural e a *ideologia de gênero* (conceito controverso até hoje). Os autores assinalam que a inequívoca subjugação do campo educacional pelo neoconservadorismo se fortaleceu depois das últimas eleições presidenciais, com uma agenda que prioriza currículos unificados e avaliações em massa.

Por fim, o artigo de Elizabeth Macedo (2017) se debruça sobre a atuação do movimento Escola Sem Partido (ESP) e como ele influenciou na aprovação da BNCC. O argumento da autora consiste na afirmação de que tal movimento tem suas bases fundadas na normatividade liberal, que se desdobra em demandas que conciliam o conservadorismo e a justiça social. Dessa forma, o movimento conjuga a normatividade com a intolerância a tudo o que é diferente, adotando uma perspectiva “particular, sexista e racializada” (MACEDO, 2017, p. 520). Com isso, a autora se posiciona contrária à Base Nacional Comum Curricular que, além de estabelecer um rígido e pouco democrático controle sobre a educação brasileira, também se pauta por uma normatividade liberal, fruto da ação de grupos conservadores como o Escola Sem Partido.

Nesse sentido, destaca-se, consubstanciadas nos argumentos de Apple (2011), Sacristán (2000) e Goodson (1997), que qualquer currículo apresenta uma visão de mundo, em suas dimensões sociais, culturais e políticas. No caso da BNCC, segundo os cinco artigos examinados, se consolida a percepção de que tal matriz curricular, nos moldes em que se configura, constitui-se em um retrocesso para a educação brasileira, isto em razão dos pilares do referido documento curricular se assentarem na ideologia liberal e preponderantemente conservadora.

Ainda de acordo com Apple (2011), Sacristán (2000) e Goodson (1997), diversas reformas educacionais que apresentam propostas de inovação e modernização acabam retrocedendo a versões mais antigas e tradicionais, isso porque as mudanças são superficiais, sem profunda reestruturação de seus pilares e fundamentos. Sendo assim, embora a Base Nacional Comum Curricular se apresente como inovadora e revolucionária para a educação nacional, se faz necessário destacar as ponderações dos artigos em tela, cujas pesquisas demonstram que as atuais prescrições curriculares regredem a formatos tradicionais e antiquados.

## **b. Disputas em torno da BNCC**

Este subgrupo reúne quatro artigos que discutem as diversas e contraditórias perspectivas provocadas pela construção e aprovação da Base Nacional Comum Curricular. Os artigos arrolados são: *Entre a legitimação e a crítica: as disputas acerca da Base Nacional Comum* (2020), *Pode a política pública mentir? A Base Nacional Comum Curricular e a disputa da qualidade educacional* (2019), *Uma leitura ambivalente sobre a adoção de uma base curricular nacional: para fazer justiça à reflexividade da filosofia da educação* (2017) e *Base nacional curricular comum: a falsa oposição entre conhecimento para fazer algo e conhecimento em si* (2016).

Miqueli Michetti (2020) apresenta como base teórica duas perspectivas diversas da sociologia; de um lado, Pierre Bourdieu (1989, 1996, 2004) fundamenta o trato com a sociologia pragmática; de outro, Bernard Lahire (2002), Luc Boltanski (1973) e Luc Boltanski e Laurent Thévenot (1991, 1999) sustentam a aproximação com a sociologia crítica. Em relação aos procedimentos metodológicos, Michetti (2020) utiliza em seu estudo as entrevistas e a análise documental com base em Michel Foucault (2007), Pierre Bourdieu (1989, 1996, 2004) e Isaac Reed (2013).

O artigo de Eduardo Giroto (2019) aciona como base teórica o conceito de *qualidade*, com base em Romualdo Oliveira e Gilda Araújo (2005), José Pinto (2006) e Luiz Freitas (2007) e Luiz Dourado e João Oliveira (2009), o conceito de *currículo*, com Michael Apple (2013), e a noção conceitual de *reprodução social*, de acordo com Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (2010). Faltam maiores explicitações no que concerne ao suporte analítico dos dados estatísticos utilizados.

O trabalho de Vânia Cossetin (2017) se baseia teoricamente no diálogo entre *currículo* e *educação*, apoiado em Michael Young (2016), Friedrich Nietzsche (2009) e Michel Foucault (1979), há também a aproximação entre *universalidade* e *educação*, por meio de Fernando Savater (2012), bem como aciona-se a teoria da *semicultura*, utilizando-se de Theodor Adorno (1996). O artigo também não apresenta explicitação clara de uma base metodológica adotada. Finalmente, o trabalho de Elizabeth Macedo (2016) aplica teoricamente a discussão entre *controle* e *multiculturalismo*, com Homi Bhabha (2003), assim como a análise do discurso, baseada em Ernesto Laclau (2011) e Chantal Mouffe (2000), às quais se soma ainda a reflexão sobre *políticas públicas*, com base em Stephen Ball (2012), além do conceito de *significação*, cunhado pela autora do estudo.

Com o exame da empiria, pode-se inferir que os dois primeiros estudos se alicerçam na análise sociológica, inclusive como aporte metodológico no primeiro artigo, utilizando as noções conceituais de Pierre Bourdieu. O terceiro artigo deste subgrupo adota uma base predominantemente filosófica, com a abordagem de Michel Foucault e Friedrich Nietzsche. O último artigo se aproxima da primeira categoria, quando aciona como um dos fundamentos o conceito de *políticas públicas*, tendo como referência Stephen Ball.

Em relação ao subgrupo b. Disputas em torno da BNCC, é necessário também demarcar os argumentos delineados por cada trabalho. Nesse sentido, Miqueli Michetti (2020) aborda as diversas posições adotadas por grupos favoráveis e contrários à aprovação da BNCC. Entre estes grupos, destaca-se a atuação das famílias mais poderosas do país, constituindo um dos principais aspectos

a suscitar críticas à Base. A autora argumenta que, para a aprovação da BNCC, as contraditórias demandas envolvidas nesse campo tiveram que ser negociadas em diversos níveis, e assim, mesmo com uma estrutura que contraria os setores que criticam a BNCC, eles foram contemplados em algumas exigências. Logo, a construção da BNCC é marcada pelas disputas de posicionamento e mediação de capitais, os quais resultaram na versão atual do documento.

Por outro lado, Eduardo Girotto (2019) aponta que a prioridade da BNCC não foi enfrentar as desigualdades na educação, ao contrário, muito das orientações do documento passam pelos interesses de setores empresariais que refletem uma visão generalista e de gerenciamento da educação. Nesse sentido, para o autor, a qualidade educacional depende dos aspectos socioeconômicos que estão sendo prejudicados pelos atuais dispositivos legais, como a Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016, que limitou drasticamente os investimentos educacionais. Logo, há um abismo entre o que propõem os textos formais e a realidade concreta da educação básica, assim, sem que haja a solução de tais deficiências, o currículo, inclusive a BNCC, será apenas um “mecanismo de gestão de desigualdade” (GIROTTI, 2019, p. 3), argumento com o qual concordamos.

Vânia Cossetin (2017) discorre sobre duas ideias distintas acerca da Base Nacional Comum Curricular: de um lado, a necessidade de um currículo que universalize a educação brasileira; de outro, a incompatibilidade da Base com essa mesma educação. Ao arbitrar entre esses dois polos, a autora tece algumas considerações sobre o debate, tais como a indispensabilidade da universalização da educação em relação a vivências e aprendizados; o perigo de delegar a construção da Base aos professores que não apresentam formação adequada; o aspecto reducionista da Base e a dificuldade de um currículo nacional ser implantado na realidade educacional brasileira.

Nesse sentido, Cossetin (2019) conclui pela necessidade da reflexão acerca dos desafios da educação brasileira. Contudo, é necessário demarcar, em relação às afirmações da autora, que o Brasil, antes da BNCC, já apresentava mecanismos de homogeneização do currículo, a exemplo dos livros didáticos (APPLE, 2011; CAIMI, 2016). Além disso, questiona-se se a velha forma de construção de um currículo, sem a participação da escola, e principalmente dos professores, não seria insistir em uma forma largamente usada e que não se apresenta compatível com a prática escolar (SACRISTÁN, 2000). Portanto, se a formação docente se conforma por lacunas, os esforços devem recair na solução desse problema, não na exclusão da participação dos professores na construção curricular.

Por fim, Elizabeth Macedo (2016) também intermedeia duas ideias opostas em relação à BNCC. Estas se constituem, de um lado, pelo *conhecimento para fazer algo* – ligado ao *gerencialismo neoliberal* e à *performatividade* –, por outro lado, situa-se o *conhecimento em si* – relacionado ao saber estruturado e essencial para a igualdade democrática. A autora argumenta que os dois conhecimentos, apesar de aparentemente contrários, se complementam para proporcionar à educação justiça social e igualdade. No entanto, a autora também salienta que tais conhecimentos, no formato em que figuram na Base, realizam o controle sobre o processo educativo, razão pela qual a autora firma uma posição contrária à BNCC em favor da imprevisibilidade da escola.

Sendo assim, o subgrupo b. Disputas em torno da BNCC demonstra que a BNCC foi, e ainda é, permeada por diversas perspectivas, por vezes contrárias, que questionam sua pertinência e formulação. Como Miqueli Michetti (2020), Eduardo Girotto (2019) e Elizabeth Macedo (2016) afirmam que a construção da Base teve a interferência de setores empresariais, os quais adicionam ao documento aspectos ligados ao conservadorismo e neoliberalismo, visando ao lucro do mercado. A última autora também retoma o conceito de *performatividade*, já discutido na categoria anterior por Alessandro de Mello e Ana Marochi (2019), para demarcar a tendência da BNCC em formar indivíduos aptos ao mercado. Nesse sentido, os autores concordam com Apple (2011), quando afirma que o currículo nacional esconde em si um objetivo ideológico, representado pelos ideais neoconservadores e neoliberais que associam a educação a um balcão de negócios e restauração dos valores conservadores. Em relação ao artigo de Vânia Cossetin (2017), é necessário salientar dois aspectos: o primeiro relacionado ao fato de que a despeito de suas afirmações, um currículo nacional informal já se fazia presente por meio dos livros didáticos (APPLE, 2011; CAIMI, 2016); o segundo repousa sobre o perigo de responsabilizar o professor por sua formação deficiente (SÁCRISTAN, 2000).

### c. Atuação docente

Neste subgrupo, estão presentes artigos que abordam a ação e profissão docente frente à aprovação e à implementação da Base. Assim, os trabalhos que integram tal subgrupo são: *As vozes de professores-pesquisadores do campo da educação ambiental sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Educação infantil ao ensino fundamental* (2020) e *O silenciamento de professores da Educação Básica pela estratégia de fazê-los falar* (2018).

O primeiro trabalho, de autoria de Silvana Silva e Carlos Loureiro (2020), acionou teoricamente Elizabeth Macedo (2016), Marcia Aguiar (2018), João Veiga (2016), Roberto Leher (2003) e Selma Venco e Reginaldo Carneiro (2018) para subsidiar o debate sobre BNCC. Em relação à educação ambiental na BNCC, são empregados Maria Andrade e Cláudia Piccinini (2017), Paulo Santinelo, Marcia Royer e Shalimar Zanatta (2016), Nathalie Wutzki e Sandro Tonso (2017), Silvana Silva e Charbel El-Hani (2014) e Carlos Loureiro (2002). A metodologia do estudo se baseou na análise qualitativa de entrevistas, baseada em Robert Bogdan e Sari Biklen (1994) e Roque Moraes e Maria Galiuzzi (2011). O trabalho de Janete Carvalho e Suzany Lourenço (2018) subsidia-se no conceito de *problematização*, baseado em Michel Foucault (2006), na definição de *conhecimento*, em Mikhail Bakhtin (1997), e na noção de *antiacontecimento*, fundamentado em Maurizio Lazzarato (2004). Em relação à metodologia, se aponta a associação entre bibliográfico-documental e pesquisa documental. Depreende-se desses referenciais que o primeiro estudo tem em sua base teórica autores que já analisamos, como Aguiar e Macedo, demonstrando que os estudos da área dialogam e ratificam-se entre si. Já o segundo trabalho retoma a base conceitual alicerçada em Michel Foucault (enfocado no último subgrupo), associando tal base a Mikhail Bakhtin.

Ao adentrar os argumentos de cada artigo, vê-se que Silvana Silva e Carlos Loureiro (2020) se debruçam sobre a perspectiva docente em relação à educação ambiental na Base. Afirma-se a precarização da temática em questão na BNCC, circunstância decorrente da interferência de interesses privados na construção do documento, contribuindo assim para o enfraquecimento da sua criticidade e sua formação democrática. As entrevistas conduzidas com professores concorrem para afirmação de que a temática ambiental sofreu os impactos da conjuntura de construção da Base, tendo sua abordagem na BNCC apartada de reflexão crítica, assim como das dimensões socioambientais.

O trabalho de Janete Carvalho e Suzany Lourenço (2018) analisa o impacto da aprovação da BNCC na participação e problematização do currículo pelos professores. Com base em entrevistas, os autores argumentam que a BNCC se apresenta como um antiacontecimento, na medida em que reprime as vozes dos professores e constrange esses sujeitos a concordar com as determinações técnicas do documento. O artigo afirma que tal conjuntura foi provocada pela tomada de espaço, na aprovação da Base, por grupos alheios à classe e aos interesses docentes. Logo, a Base representa a ruptura entre o currículo prescrito e a prática professoral.

Dado o exposto, pode-se inferir que os dois artigos convergem em apontar a parca participação e importância dada aos professores na construção e aprovação da BNCC em favor de interesses exógenos à escola e seus agentes, incidindo principalmente nos interesses relacionados ao mercado. Tais processos vão ao encontro das conceituações de Sacristán (2000), que afirma que o currículo usualmente é construído pelas instâncias administrativas e burocráticas, alijando a participação dos sujeitos que concretizam essa diretriz curricular. Sendo assim, sem que o contexto prático seja prioridade na construção do currículo, não há possibilidade de mudança efetiva.

### d. BNCC e avaliação

O artigo *Entre a Base Nacional Comum Curricular e a avaliação: a substituição tecnológica no ensino fundamental*, de Raquel Barreto (2016), foi incluído nesta delimitação temática. A base teórica desse artigo consiste na discussão de *trabalho* e *formação docente*, com base em Luiz Freitas (2014) e Elizabeth Macedo (2014), no conceito de *pedagogia de resultados*, de Dermeval Saviani (2007), além de abordar a questão das *tecnologias de informação e da comunicação* (TIC's),

por meio da análise crítica do discurso.

Os procedimentos metodológicos acionados consistiram em entrevistas de professores que atuavam no 6º ano do ensino fundamental, da Secretaria Municipal do Rio de Janeiro, ocupantes do cargo de professor polivalente (Exatas e Humanidades) e especialista (Educação Física, Artes e Inglês). Observamos a presença de autores que são objeto de estudo nesse texto e outros que também já foram citados como suporte teórico, ratificando o entendimento de que o estudo da BNCC aciona alguns autores que se consolidam como referências no trato deste eixo temático, a exemplo de Dermeval Saviani (2007), Luiz Freitas (2014) e Elizabeth Macedo (2014).

O estudo salienta que o formato de currículo eleito pela Secretaria Municipal do Rio de Janeiro prioriza as competências e habilidades para o bom desempenho nas avaliações externas, além das tecnologias educacionais e cadernos pedagógicos. Assim, a autora argumenta que, nesse contexto em que as tecnologias se tornam centrais no processo educativo, os professores estão lutando pela hegemonia. Nesse sentido, Raquel Barreto (2016) afirma que essa estrutura visa adequar o cotidiano escolar às competências e às habilidades presentes na BNCC, e assim obter bons resultados nas avaliações de larga escala. O artigo demonstra que as avaliações em massa constituem um aspecto intrínseco à formulação da Base, que visa, por meio de parâmetros bem regulados, quantificar o rendimento da educação básica. Para além disso, Apple (2011) sustenta que as avaliações em larga escala são, na verdade, o maior objetivo dos currículos nacionais, visto que tais testagens apenas são possíveis quando há uma unificação curricular.

## **Ensino de história e Base Nacional Comum Curricular: algumas considerações**

Neste artigo, refletiu-se sobre dois eixos temáticos: ensino de História e Base Nacional Comum Curricular. Na reflexão sobre o primeiro, foram incorporados quatro artigos, divididos em três subgrupos: a. Aprendizagem histórica, b. Consciência e cultura histórica e c. Livro didático. Os textos levantados adotam, em sua totalidade, a base teórica de Jörn Rüsen nas reflexões empreendidas. Essa conjuntura pode indicar que os agentes do campo científico do ensino de História legitimam o conceito de consciência histórica como relevante no estudo da temática, mesmo variando em relação aos seus objetos. Percebe-se ainda que o campo do ensino de História apresenta tendência a voltar seus esforços para alinhar seus objetos de estudo à dimensão da consciência e cultura histórica, associando essas categorias à conjuntura atual e incerta da ciência histórica (CAVALCANTI, 2018), e assim vislumbrar outros caminhos para a disciplina.

Em relação à BNCC, foram agrupados artigos com diversas temáticas, que foram associadas em quatro subgrupos temáticos, quais sejam: a. BNCC como retrocesso, b. Disputas em torno da BNCC, c. Atuação docente e d. BNCC e avaliação. Cada um desses subgrupos trouxe importantes contribuições em torno de aspectos referentes ao documento. No primeiro subgrupo, a. BNCC como retrocesso, os cinco artigos apontam a Base como retrocesso para a educação brasileira, fruto em grande parte de movimentos de setores privados que objetivam refletir, na educação, valores ligados ao conservadorismo e à lógica de mercado. No subgrupo b. Disputas em torno da BNCC, os quatro artigos situam os diversos antagonismos que demarcaram e que ainda se fazem presentes na construção da Base, a qual se constituiu um processo com pouca participação popular, alijando os setores educacionais de efetiva participação no documento. Em c. Atuação docente, os dois artigos demonstram que o currículo que se efetivou com a BNCC não prioriza o protagonismo docente, assim como a concepção de prática docente adotada por eles. Por fim, o subgrupo d. BNCC e avaliação assinala que as diretrizes da BNCC subordinadas a avaliações em massa promovem um extenso controle do currículo escolar, que se modifica para atender a exigências externas.

Para além das pontuações de cada subgrupo, um argumento que prevaleceu nos textos verifica a enorme interferência de setores alheios à educação na construção da Base, principalmente os provenientes do mercado. Esse contexto ocasionou um documento curricular que prioriza a formação do indivíduo voltado para as exigências do mercado em detrimento da sua formação intelectual, democrática e crítica. Nesse sentido, o currículo que resulta de uma seleção

social, cultural e política (GOODSON, 1997; SACRISTÁN, 2000; APPLE, 2011), no formato constituído pela Base, escolhe um caminho que se distancia da formação cidadã crítica, da justiça social e da diversidade.

Por fim, inferimos que o contexto de incertezas, vivenciado pela disciplina História, é provocado pelas recentes alterações legais e curriculares que mudaram o lugar e papel da área. Nesse sentido, destaca-se a Base Nacional Comum Curricular que reestruturou toda a educação nacional, inclusive o ensino de História, o qual, pressionado pelas atuais mudanças, precisa traçar novas rotas para justificar sua relevância para a educação básica nacional.

Nesse sentido, observa-se que o ensino de História sofreu diversos ataques nos últimos anos, entre eles o ocasionado pela Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que retirou a obrigatoriedade da disciplina no ensino médio, precarizando o ensino de história na educação básica (CAVALCANTI, 2018). Não obstante, a construção da Base apresentou como um dos seus elementos principais a disputa em torno da disciplina histórica. Na primeira versão do documento, o recorte da disciplina priorizava a história brasileira, da América e dos povos indígenas e africanos, com o subsídio das teorias e pesquisadores mais respeitados no campo, o que mudou radicalmente na segunda e última versão da Base, quando a disciplina retornou ao habitual formato eurocêntrico, linear e quadripartite, formulado por profissionais ligados a uma única instituição, sem vinculação com a pesquisa em ensino de História (CAIMI, 2016). Dessa forma, a BNCC, para além do retrocesso causado em toda a educação básica, também aprofundou a crise e sucateamento do ensino de História, o que impulsiona os pesquisadores do campo a buscarem, a exemplo dos artigos que compõem a empiria aqui examinada, outros caminhos e possibilidades para a disciplina que enfrenta uma conjuntura de desvalorização e depauperação na Educação Básica.

## Referências

AGUIAR, Marcia. Reformas conservadoras e a “nova educação”: orientações hegemônicas no MEC e no CNE. **Educação & Sociedade**: Dossiê. [online], v. 40, , p. 1-24, 2019. e0225329. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019225329>. Acesso em: 30 out. 2021.

BARRETO, Raquel. Entre a Base Nacional Comum Curricular e a avaliação: a substituição tecnológica no ensino fundamental. **Educação & Sociedade** [online], v. 37, n. 136, p. 775-791, jul./set. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016159933>. Acesso em: 30 out. 2021.

CALDERÓN, Fabián; CERRI, Luis; ROSSO, Ademir. Heróis e cultura histórica entre estudantes no Chile. **Revista Brasileira de História**, v. 36, n. 71, p. 179-201, jan./abr. 2016. Disponível em: [https://doi.org/10.1590/1806-93472016v36n71\\_008](https://doi.org/10.1590/1806-93472016v36n71_008). Acesso em: 30 out. 2021.

CARVALHO, Ely. Industrialização enquanto progresso nos livros didáticos de história do Brasil, 1972-2012. **História** (São Paulo) [online]. v. 36, n. e11, p. 1-28, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-436920170000000011>. Acesso em: 30 out. 2021.

CARVALHO, Janete; LOURENÇO, Suzany. O silenciamento de professores da Educação Básica pela estratégia de fazê-los falar. **Pro-Posições** [online], v. 29, n. 2, p. 235-258, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2017-0007>. Acesso em: 30 out. 2021.

COSSETIN, Vânia. Uma leitura ambivalente sobre a adoção de uma base curricular nacional: para fazer justiça à reflexividade da filosofia da educação. **Educar em Revista** [online], n. 66, p. 295-311, out./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.51175>. Acesso em: 30 out. 2021.

FRANGELLA, Rita. “Muitos como Um”: políticas curriculares, justiça social, equidade, democracia e as (im)possibilidades de diferir. **Educar em Revista**: Dossiê Educação, Democracia e Diferença [online], v. 36, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.75647>. Acesso em:

30 out. 2021.

GIROTTTO, Eduardo. Pode a política pública mentir? A Base Nacional Comum Curricular e a disputa da qualidade educacional. **Educação & Sociedade** [online], v. 40, e0207906, p. 1-21, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019207906>. Acesso em: 30 out. 2021.

LIMA, Iana; HYPOLITO, Álvaro. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educação e Pesquisa** [online], v. 45, p. 1-15, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-463420194519091>. Acesso em: 30 out. 2021.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: a falsa oposição entre conhecimento para fazer algo e conhecimento em si. **Educação em Revista** [online], v. 32, n. 2, p. 45-68, abr./jun. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698153052>. Acesso em: 30 out. 2021.

MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do movimento Escola Sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. **Educação & Sociedade** [online], v. 38, n. 139, p. 507-524, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017177445>. Acesso em: 30 out. 2021.

MELO, Alessandro; MAROCHI, Ana Cláudia. Cosmopolitismo e performatividade: categorias para uma análise das competências na Base Nacional Comum Curricular. **Educação em Revista** [online], v. 35, p. 1-23, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698203727>. Acesso em: 30 out. 2021.

MELLO, Ricardo. Ninguém ensina História... mas todo mundo aprende um pouco com ela: uma reflexão sobre as funções da História no Ensino Médio. **História**, São Paulo [online]. v. 38, e2019018, p. 1-17, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2019018>. Acesso em: 30 out. 2021.

MICHETTI, Miqueli. Entre a legitimação e a crítica: as disputas acerca da Base Nacional Comum Curricular. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online], v. 35, n. 102, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/3510221/2020>. Acesso em: 30 out. 2021.

PEREIRA, Mateus; IMPOLCETTO, Fernanda. Consciência histórica de estudantes de educação física: uma análise a partir da teoria da aprendizagem histórica de Jörn Rüsen. **Movimento** [online]. v. 26, e26061, p. 1-16, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.99853>. Acesso em: 30 out. 2021.

SILVA, Silvana; LOUREIRO, Carlos. As Vozes de Professores-Pesquisadores do Campo da Educação Ambiental sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Educação Infantil ao Ensino Fundamental. **Ciência & Educação** [online], Bauru, v. 26, e20004, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1516-731320200004>. Acesso em: 30 out. 2021.

Fontes secundárias

AGUIAR, Márcia; DOURADO, Luis. (org.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2020: avaliação e perspectivas**. Recife: ANPAE, 2018.

APPLE, Michael. **Ideologia e Currículo**. 3. ed. Tradução de Vinicius Figueira. Porto Alegre: Art Med, 2008.

APPLE, Michael. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: MOREIRA, A. F.; TADEU, T. (org.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 59-92.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília. 2018. Disponível em:



<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base> . Acesso em: 5 jul.2022.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CAIMI, Flávia. A História na Base Nacional Comum Curricular: pluralismo de ideias ou guerra de narrativas? **Revista do Lhiste - Laboratório de Ensino de História e Educação**, v. 3, n. 4, p. 86-92, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/revistadolhiste/article/view/65515>. Acesso em: 22 fev. 2022.

CAVALCANTI, Erinaldo. A história encastelada e o ensino encurralado: reflexões sobre a formação docente dos professores de história. **Educar em Revista**, v. 34, n. 72, p. 249-267, nov./dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.60111>. Acesso em: 26 fev. 2022.

FRANCO, Aléxia; SILVA JÚNIOR, Astrogildo; GUIMARÃES, Selva. Saberes históricos prescritos na BNCC para o ensino fundamental: tensões e concessões. **Ensino Em Re-Vista**, v. 25, n. 4, p. 1016-1035, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393ER-v25n3e2018-10>. Acesso em: 17 mar. 2022.

FREITAS, Fabrício; SILVA, João; LEITE, Maria. Diretrizes invisíveis e regras distributivas nas políticas curriculares da nova BNCC. **Currículo sem Fronteiras**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 857-870, 2018. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss3articles/freitas-silva-leite.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2021.

GOODSON, Ivor. **A construção social do currículo**. Tradução: Maria João Carvalho. Lisboa: Educa, 1997.

GÓMEZ, Angel. O pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo. In: NÓVOA, Antonio. (org.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995. p. 93-114.

LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. **Revista Brasileira de História**, v. 19, n. 38, p. 125-138, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01881999000200006>. Acesso em: 25 jun. 2021.

MARGONI, Maythê. O processo de implementação e o impacto da BNCC no currículo: opiniões de professores dos anos iniciais. In: Jornada Nacional De Educação Matemática, 8., 2020, Passo Fundo. **Anais da VIII Jornada Nacional de educação matemática**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2020. p. 1-12. Disponível em: [https://www.upf.br/\\_uploads/Conteudo/jem/2020/Anais%202020%20-%20eixo%201/JEM2020\\_paper\\_63%20\(1\).pdf](https://www.upf.br/_uploads/Conteudo/jem/2020/Anais%202020%20-%20eixo%201/JEM2020_paper_63%20(1).pdf). Acesso em: 25 jun. 2021.

MENDONÇA, Erasto. PNE e Base Nacional Comum Curricular (BNCC): impactos na gestão da educação e da escola. In: AGUIAR, M. A.; DOURADO, L. F. (Org.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2020: avaliação e perspectivas**. Recife: ANPAE, 2018. p. 34-37.

METZ, Graciela. Currículo escolar, BNCC e formação integral. **Revista Cocar**, v. 14, n. 30, p.1-16, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3464>. Acesso em: 21 maio 2022.

MONTEIRO, Ana. A história ensinada: algumas configurações do saber escolar. **História & Ensino**, Londrina, v. 9, p. 9-35, out. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2238-3018.2003v9n0p9>. Acesso em: 25 jun. 2021.

MONTEIRO, Ana. Narrativa e narradores no Ensino de História. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.). **Ensino de História: sujeitos,**

saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad-x/Faperj, 2007. p. 119-135.

MOREIRA, Antonio. **Currículo: questões atuais**. Campinas: Papirus, 1997.

MOROSINI, Marília. Estado do conhecimento e questões do campo científico. **Educação**, Santa Maria, v. 40, n. 1, p. 101-116, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/15822>. Acesso em: 9 jan. 2021.

PERREIRA, Nilton; RODRIGUES, Mara. BNCC e o Passado Prático; Temporalidades e produção de Identidades no Ensino de história. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 26, n. 107, p. 1-22, set. 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/187986>. Acesso: 13 nov. 2021.

RIBEIRO, Halferd; VALÉRIO, Mairon. **Ensino de história e currículo: reflexões sobre a Base Nacional Comum Curricular, formação de professores e prática de ensino**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

SACRISTÁN, José. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. Tradução Ernani Rosa. 3 ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SCIELO. **Crerios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na Coleção SciELO Brasil**. Scientific Electronic Library Online: São Paulo, 2017. Disponível em: <https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/20200500-Criterios-SciELO-Brasil.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2021.

SILVA, Jane. **As construções da BNCC e a questão dos estudos das relações étnico-raciais**. 2009. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/42336>. Acesso em: 25 jun. 2021.

Recebido em 31 de julho de 2022.

Aceito em 17 de outubro de 2022.